

Senado acompanhará negociadores

Comissão vai aos EUA formalizar fontes de garantia no acordo com bancos privados

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, convidou ontem representantes do Senado para acompanhar a equipe econômica que vai aos Estados Unidos, no dia 7 de dezembro, para retomar contatos com os organismos multilaterais.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vão formalizar, em Washington, a sua participação como fontes de garantia do governo brasileiro no acordo com os bancos credores privados.

Dúvida — Krause e o negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, defenderam ontem o protocolo acertado em julho com os bancos privados, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Apenas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou em dúvida a capacidade do Brasil honrar os compromissos contidos no acordo.

A Comissão vai votar na quarta-feira o parecer do relator José Fogaça (PMDB-RS) sobre o protocolo. Se aprovado, o parecer deverá

Wilson Pedrosa/AE—5/11/92



Ministro Krause *Defesa do protocolo de julho no Senado*

passar ainda pelo plenário do Senado.

Fogaça, que participou das negociações em julho, em Nova York, deverá ser um dos representantes do Senado na viagem da nova equipe econômica aos EUA. Malan disse que 70 dias depois do plenário do Senado aprovar o protocolo começará o pro-

cesso de adesão dos mais de 700 bancos credores ao acordo, que envolve dívida de US\$ 56 bilhões. Depois da adesão dos bancos credores o acordo deverá voltar ao Senado para que os senadores saibam quais foram as opções dos credores.

Bônus — O acordo prevê a emissão de sete tipos de bônus, que substituirão os papéis velhos por novos títulos. Para Fogaça, o ideal é que haja um equilíbrio na combinação das várias opções, para evitar o que aconteceu na renegociação argentina, onde os credores escolheram 80% de bônus a par (que conservam o valor de face do título antigo) e somente 15% dos bônus de desconto da dívida. Ao optar pelo bônus a par, o devedor obtém uma redução dos juros a longo prazo. No bônus de desconto, o devedor tem um desconto sobre o estoque da dívida.

Malan explicou ainda que a conjuntura internacional favorece o Brasil. "As taxas de juros nunca estiveram tão baixas desde 1973", destacou. Outra vantagem, segundo Malan, é que o acordo brasileiro estabelece a entrega escalonada das garantias necessárias.

Estado deverá ter limite para pagar

BRASÍLIA — O ministro Gustavo Krause disse ontem que o governo deverá fixar critérios para que os Estados e municípios paguem suas dívidas com o Tesouro Nacional, estimadas em mais de US\$ 40 bilhões.

Os critérios serão discutidos com o presidente em exercício, Itamar Franco, a quem caberá a última palavra, e depois incluídos no projeto que será enviado ao Congresso.

Uma das idéias é estabelecer um limite da receita dos Estados e municípios que seria destinado para o pagamento da dívida.

Krause afirmou que até março o Congresso deverá aprovar o projeto, que substituirá a Lei 8.388/89.

O ministro declarou que a estabilização da economia só se tornará realidade com a adoção de uma política fiscal rigorosa e dentro de uma disciplina de gastos que o governo do presidente Itamar Franco já se impôs como meta.